

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA
URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 008/2024

PROCESSO: 00112-00026025/2024-89

OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO

25 6 25
15:30
972768

CONSÓRCIO NACIONAL, constituído pelas empresas **Principal Construções Ltda. (empresa Líder)**, **Construtora LDN Ltda.**, **Construtora e Incorporadora Squadro Ltda.** e **JPM Arquitetura Ltda.**, para participar do Procedimento Licitatório Presencial 008/2024 – Núcleo de Licitações – NCL/PRES, da NOVACAP, vem perante essa douta Comissão, respeitosamente, por seu advogado firmatário, que recebe as comunicações de praxe no endereço constante do cabeçalho (doc. 01), interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos do artigo 59 e §§, da Lei 13.303/2016 e do item 17.1.4, do Edital, em face do Julgamento da Proposta Técnica, pelo Núcleo de Licitações, no prazo legal, por ter, inadvertidamente, proclamado vencedor do certame o **CONSÓRCIO PORTO BELO – BRASIL** (formado pelas empresas: Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda e Brasil Arquitetura Ltda), forte nas razões de fato e de direito que seguem:

1. **BREVE RELATO DOS FATOS**

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, levou avante o Procedimento

Licitatório Presencial 008/2024, pelo critério de MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO, no regime de execução indireta.

O certame licitatório tem por objeto a Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vista à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; compatibilização de projetos e elaboração de *as built*; obtenção de licenças, outorgas e aprovações; execução de obras e serviços de engenharia; montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para instalação de equipamentos e mobiliários; e à entrega final, em condições de funcionamento, compreendendo a etapa 2 (Foyer da Sala Villa-Lobos, Espaço Cultural Dercy Gonçalves e Sala Alberto Nepomuceno) e a etapa 3 (Sala Villa-Lobos), das obras de reforma com restauro Teatro Nacional Claudio Santoro (TNCS), situado na Via N2 do Eixo Monumental, Setor Cultural Norte, Asa Norte, Plano Piloto/DF.

Apresentadas as propostas técnica e de preços, houve o julgamento das mesmas, porém, com a devida vênia, a análise do ACERVO TÉCNICO do **Consórcio Porto Belo – Brasil**, aceitou e pontuou equivocadamente a indicação Arquiteto Marcelo Ferraz como responsável por Projetos de Elétrica e Mecânica, que além de não atender as exigências de habilitação definidas no instrumento convocatório (Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico), o referido profissional não detém atribuição para exercer essas funções que são privativas dos Engenheiros Eletricistas e Engenheiros Mecânicos, de modo que é dever da Comissão revisar e descontar os “04” pontos concedidos para esses dois itens da equipe de projeto – TABELA 5, reduzindo a pontuação final do Consórcio Porto Belo – Brasil a “92” pontos como veremos a seguir.

2. DA FALTA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DA LICITANTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Na Tabela 5, do Item 12.2.2.14, do TERMO DE REFERÊNCIA, constam os Critérios para Pontuação da **Qualificação da Equipe de Projetos - QEP**, sendo que para os seus itens 5 e 7, exige a comprovação de **Engenheiro**

Eletricista, com experiência mínima de 5 anos, em elaboração de projetos para Teatro ou Auditório e de **Engenheiro Mecânico**, com experiência mínima de 5 anos, em elaboração de projetos para Teatro ou Auditório, conforme *print* que segue:

5	Engenheiro Eletricista. Profissional de Nível Superior Pleno, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Com experiência em elaboração de projetos para Teatro ou Auditório, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um	1
					dois ou mais	2
6	Engenheiro Hidrossanitário e Prevenção de Combate a Incêndio (PCI). Profissional de Nível Superior Pleno, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Com experiência em elaboração de projetos para Teatro ou Auditório, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um	1
					dois ou mais	2
7	Engenheiro Mecânico. Profissional de Nível Superior Pleno, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Com experiência em elaboração de projetos para Teatro ou Auditório, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um	1
					dois ou mais	2

Acontece que para comprovar esses itens 5 e 7 da Tabela 5, do Item 12.2.2.14, do TERMO DE REFERÊNCIA, o **Consórcio Porto Belo – Brasil**, apresentou, como comprovação de sua “*experiência*”, **CAT do arquiteto Marcelo Ferraz**, profissional que, conforme regulamentação vigente, **não possui atribuição legal para atuar nas disciplinas de engenharia elétrica ou engenharia mecânica**.

Tais disciplinas são privativas de profissionais com formação específica e registro no CREA, conforme determina o Sistema CONFEA/CREA.

Assim, o artigo 8º, da Resolução CONFEA 218/19073, assim disciplina:

“Art. 8º Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

*I - O desempenho das atividades 01 a 18 do art. 1º desta Resolução, referentes à **geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e***

máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.” Nosso grifo.

“Art. 12. Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

*I - o desempenho das atividades 01 a 18 do art. 1º desta Resolução, referentes a **processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletromecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar-condicionado; seus serviços afins e correlatos.***” Nosso grifo.

Assim, percebe-se que a confecção e assinatura de projetos elétricos é regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA) e, de acordo com a Resolução nº 218/1973 do CONFEA, somente profissionais devidamente registrados e com atribuições específicas podem elaborar e assinar projetos na área de engenharia elétrica, bem como da área de engenharia mecânica aos profissionais detentores de capacidade para tal atividade, visando garantir a segurança e a eficiência das instalações.

Isso decorre da necessidade de que para assinar um projeto elétrico o profissional deva possuir um profundo conhecimento técnico em diversas áreas, como circuitos elétricos, sistemas de potência, instalações prediais e industriais, e normas técnicas, como a NBR 5410, que trata das instalações elétricas de baixa tensão que são os atributos específicos do engenheiro eletricista, que além disso está sempre atualizado das tecnologias emergentes e práticas de eficiência energética, que são cada vez mais relevantes no cenário atual. Com relação as disciplinas de engenharia mecânica, da mesma forma os profissionais exercem responsabilidades por instalações de climatização, transporte vertical

(elevadores) e instalações industriais eletro mecânicas entre outras. Há de se considerar ainda que as disciplinas de elétrica e mecânica em obras dessas características (Teatros e Auditórios), respondem por parcelas significativas em relação aos custos totais das obras, sendo extremamente relevante a participação de profissionais habilitados e de comprovada experiência para o desenvolvimento dos projetos que servirão de referência para a execução das obras.

Ora, como os itens 5 e 7 da Tabela 5, do Item 12.2.2.14, do TERMO DE REFERÊNCIA, em obediência a legislação de regência da matéria, **exigem a comprovação de Engenheiro Eletricista e de Engenheiro Mecânico** não tendo o **Consórcio Porto Belo – Brasil** comprovado a elaboração de projetos para Teatro ou Auditório através de **Engenheiro Eletricista** e de **Engenheiro Mecânico**, não poderia jamais, ter auferido a pontuação que lhe foi consagrada.

Nesse sentido, o TCU concluiu pela desclassificação de licitante¹ pela **falta de apresentação de CAT de Engenheiro Eletricista**, quando devidamente justificada em estudo preliminar e que a atividade de adequação das instalações elétricas **é atribuição do engenheiro eletricista**, conforme se observa da transcrição que segue:

“Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), em instrução às peças 14 e 15, do qual resultaram as seguintes conclusões:

(...)

- a desclassificação da representante se deu devido à não apresentação de CATs de engenheiro civil e engenheiro eletricista, profissionais cuja necessidade foi devidamente justificada no estudo técnico preliminar do termo de referência, anexo ao Edital; 3*

¹ Acórdão nº 316/2022 – Plenário. Relator ANTONIO ANASTASIA. Processo nº 000.272/2022, julgado em 16/02/2022.

- o item 9.11.3 do Edital apresentou imprecisão ao induzir que seriam exigidos atestados dos três profissionais referentes a projeto similar de ar-condicionado. No entanto, o que deveria estar mais claro é que o Ministério pretendia obter a comprovação de que a empresa vencedora era capaz de elaborar não apenas os projetos de ar-condicionado, mas também os projetos e atividades complementares ao projeto de ar-condicionado, **a exemplo da adequação das instalações elétricas (atribuição do engenheiro eletricista), impermeabilização e reforço estrutural (atribuições do engenheiro civil).**” Nosso grifo.

Em outra decisão o TCU apontou que a licitante não apresentou atestado de capacidade técnica de engenheiro eletricista e após a abertura da licitação apresentou declaração de contratação futura, infringindo normas legais e editalícias², conforme veremos da transcrição que segue:

“(...) a MLQ Engenharia **não apresentou os atestados de capacidade técnica do engenheiro eletricista** indicado, tampouco comprovou o registro e quitação no Crea-MG desse profissional, conforme exigido pelo item 26.9.3 do projeto básico (peça 14, p. 61). Essa omissão, segundo a recorrente, inviabilizaria a comprovação da qualificação técnico-profissional mínima para a execução do contrato (peça 24, p. 7-8).

(...)

No caso em análise, verificou-se que a MLQ Engenharia **apresentou uma declaração de contratação futura de engenheiro eletricista assinada após a abertura do certame**. Essa documentação não demonstra uma condição preexistente e **caracteriza uma tentativa de corrigir a ausência**

² Acórdão 572/2025 – Segunda Câmara. Relator: JORGE OLIVEIRA. Processo 026.287/2024-2. Julgado em 04/02/2025.

de uma exigência essencial fora do prazo devido, infringindo as normas legais e editalícias aplicáveis.” Nosso grifo.

Dentre muitas razões para que os projetos elétricos e de projetos de instalações mecânico/elétricas sejam elaborados por engenheiros eletricitistas e mecânicos, estão o da **EFICIÊNCIA** e o da **SEGURANÇA**.

Com um projeto bem articulado, a Administração Pública terá reduzidas as chances de curtos-circuitos, de excesso de cargas e sobreaquecimento no sistema elétrico, problemas de elevadores e plataformas móveis, climatização e conforto térmico entre outras mais, tanto no presente quanto no futuro, além de custeios reduzidos durante sua utilização ao longo do tempo.

Isso porque **os circuitos serão organizados com a instalação de quadros elétricos e cabos adequados**, que distribuirão a energia de acordo com a necessidade de cada máquina industrial ou ambiente corporativo, sistemas de climatização dimensionados para o público e profissionais que se apresentarão, sistemas de transporte vertical e horizontal dentre outros.

Consequentemente, isso evitará acidentes, incêndios e interrupções no fornecimento de energia por excesso de carga nas instalações elétricas da sua empresa, sistemas de climatização adequados ao pleno funcionamento das instalações e transportes verticais e horizontais internos e externos e custos mais baixos para a utilização dos espaços.

E, nesse sentido, o TERMO DE REFERÊNCIA exigiu para a comprovação de experiência na elaboração de projetos de instalações elétricas e de equipamentos mecânicos, através de Engenheiros Eletricista e Mecânico, não podendo essa comprovação ser feita através de Arquiteto, que não tem atribuição legal para esse fim.

Assim, na análise da **QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETOS**, do **Consórcio Porto Belo – itens 5 (Engenheiro Eletricista) e 7 (Engenheiro Mecânico)** – a Comissão de Licitação julgou equivocadamente, atribuindo pontuação de “04” pontos para estes itens no CONSÓRCIO, quando não houve

a comprovação de Qualificação Técnica nesse quesito, portanto deveria reduzir essa pontuação a "0"(zero).

3. DOS PEDIDOS

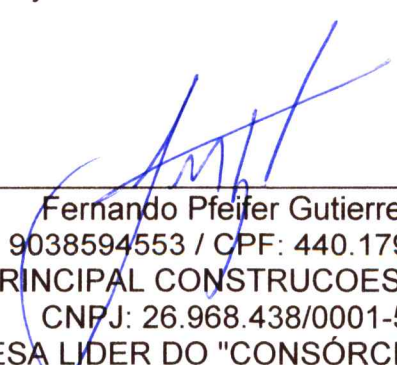
Ante o exposto, **REQUER** que seja efetuada a **revisão da pontuação atribuída ao Consórcio Porto Belo - Brasil nos itens 5 e 7**, da Tabela 5, do Item 12.2.2.14, do TERMO DE REFERÊNCIA, em conformidade com as normas técnicas e legais que regem as atribuições profissionais, resguardando a isonomia e a legalidade do certame, para que sejam reduzidos 04 (quatro) pontos da nota do **Consórcio Porto Belo – Brasil, que por consequência implica na redução da nota total de "96" pontos para "92" pontos.**

Requer, ainda, que:

- a) Sejam intimados os demais licitantes para, querendo, ofereçam suas contrarrazões ao presente recurso.
- b) O Recurso seja julgado procedente, pelos seus próprios termos.
- c) Havendo indeferimento total ou parcial dos pedidos do presente recurso, seja o mesmo encaminhado, no prazo legal, para apreciação da Autoridade Superior.

São os termos em que pede e aguarda deferimento e mercê.

Brasília, DF, 24 de junho de 2025.



Fernando Pfeifer Gutierrez
RG: 9038594553 / CPF: 440.179.010-34
PRINCIPAL CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.968.438/0001-51
EMPRESA LÍDER DO "CONSÓRCIO NACIONAL"

TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

Por este instrumento particular, entre as partes,

- 1) **CONSTRUTORA LDN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no SEPN Quadra 504, Bloco C, Número 31, Lojas 60, 76, 80 e 84, 1º Pavimento, Brasília/DF, CEP 70.730-523, inscrita no CNPJ sob o nº 24.916.280/0001-40, neste ato representada pelo seu Sócio-Diretor, o Sr. Pedro Henrique de La Rocque Ferreira, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI RG nº 2.087.096 SSP-DF e CPF 722.477.111-20, residente no Condomínio Solar de Brasília, Quadra 02, Conjunto 14, Casa 15, Lago Sul - Brasília/DF, doravante denominada simplesmente como LDN;
- 2) **PRINCIPAL CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à ST SHN Quadra 02 Bloco A Lojas 146, 150, 154 E 234, nº 146, Terço, Edifício Manhattan Plaza, Brasília/DF, CEP 70.702-900, inscrita no CNPJ sob o nº 26.968.438/0001-51, neste ato representada pelo seu, Diretor o Sr. Fernando Pfeifer Gutierrez, brasileiro, casado, administrador, portador da CI nº 9.038.594.553 SSP/RS e do CPF nº 440.179.010-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada simplesmente como PRINCIPAL; e.
- 3) **CONSTRUTORA E INCORPORADORA SQUADRO LTDA.**, com sede na Rua José Rodrigues Fortes, nº 96, bairro Jardim Patricia, CEP 83.420.000, na Cidade de Quatro Barras, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.79.340.477/0001-76, neste ato devidamente representada pelos Sr. Dante Luiz Klimovitz portador da cédula de Identidade nº 1.303.932-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 402.060.419-34 e pelo Sr. Nelson Augusto Ribas Mancini, portador da Cédula de Identidade nº 3.167.019-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 648.193.619-53, doravante denominada simplesmente "SQUADRO"; e.
- 4) **JPM ARQUITETURA LTDA**, com sede na Rua Primeiro de Maio nº 442, Centro, na Cidade de Pinhais, PR, CEP 83.323-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.128.139/0001-18, neste ato devidamente representada pelo Sr. Paulo José

Alpendre Malucelli, portador da Cédula de Identidade nº 1.620.458-7 e inscrito no CPF/MF sob o nº 519.517.549-72, doravante denominada simplesmente "JPM";

Denominadas, em conjunto, **CONSORCIADAS** e, individualmente, **CONSORCIADA**, ajustam o presente Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – OBJETO – DENOMINAÇÃO – ENDEREÇO

1.1. O presente documento tem por objeto o compromisso das **CONSORCIADAS** em:

- (i) participarem conjuntamente em todas as fases do Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 – Núcleo de Licitação – NLC/PRES. (doravante simplesmente **EDITAL**) promovida pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (doravante simplesmente **CLIENTE**), para a contratação integrada pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa (**CONSTRUTORA**) **com vistas à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; compatibilização de projetos e elaboração de as built; obtenção de licenças, outorgas e aprovações; execução de obras e serviços de engenharia; montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para instalação de equipamentos e mobiliários; e à entrega final, em condições de funcionamento, compreendendo a etapa 2 (Foyer da Sala Villa-Lobos, Espaço Cultural Dercy Gonçalves e Sala Alberto Nepomuceno) e a etapa 3 (Sala Villa-Lobos), das obras de reforma com restauro Teatro Nacional Claudio Santoro (TNCS), situado na Via N2 do Eixo Monumental, Setor Cultural Norte, Asa Norte, Plano Piloto/DF, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus anexos** (doravante simplesmente **OBRAS**); e

(ii) associarem-se em consórcio (doravante simplesmente **CONSÓRCIO**) caso sejam conjuntamente adjudicadas para execução das **OBRAS**.

1.2. Se as **CONSORCIADAS** forem consideradas vencedoras do presente processo licitatório, estas se comprometem a, em até 10 (dez) dias, antes da assinatura do contrato decorrente da presente licitação, apresentar o Termo de Constituição de Consórcio constituindo o **CONSÓRCIO** e contratar com os CONTRATANTES DA OBRA e cumprir obrigações nos termos do **EDITAL** e da Legislação, aprovado por quem tenha competência para autorizar a alienação de bens do ativo permanente das empresas **CONSORCIADAS**, e a promover o arquivamento nos termos dos Artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, e do artigo 3º da IN nº 74 do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo do Instrumento de Constituição do Consórcio no registro do comércio local de sua sede e respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos, conforme a natureza das **CONSORCIADAS**.

§ 1º - AS **CONSORCIADAS** comprometem-se atenderem, fielmente, a legislação da Secretaria da Receita Federal especificada a consórcios, em especial a IN-RFB nº 834, de 26/março/2008.

§ 2º - AS **CONSORCIADAS** comprometem-se atenderem, fielmente, a legislação previdenciária especificada a consórcios, regulamentados pelos dispositivos inseridos na Lei nº 8.212/91 – art. 3º, incisos VI e VII, no regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3048/99 – arts. 219 a 224 – e na Instrução Normativa INSS/DC nº 68/2002 que dispõe sobre procedimentos à obra de construção civil de responsabilidade de Pessoa Jurídica.

1.3. O **CONSÓRCIO** adotará o nome de “**CONSÓRCIO NACIONAL**”.

1.4. O endereço e foro do **CONSÓRCIO** será no SEPN Quadra 504 Bloco C Nº 31 Loja 80, Brasília/DF, CEP 70.730-523, ficando constituído o foro da cidade de

Brasília-DF, como único competente para dirimir eventuais demandas entre as partes.

- 1.5. O **CONSÓRCIO** compromete-se constituir CNPJ próprio para fins de pagamentos resultantes da contratação, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1199.

CLÁUSULA II –RESPONSABILIDADES / COMPROMISSOS / OBRIGAÇÕES DAS CONSORCIADAS

- 2.1. O **CONSÓRCIO** não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta daquela de seus membros constituintes, ficando, assim, o **CONSÓRCIO** proibido de se converter em pessoa jurídica autônoma.
- 2.2. As **CONSORCIADAS**, assumem responsabilidade individual e solidária por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação até a conclusão das **OBRAS** dela decorrentes, bem como por todos os atos praticados em nome **CONSÓRCIO** por qualquer das **CONSORCIADAS**, tanto na fase da **CONCORRÊNCIA**, quanto na execução do eventual contrato dela decorrente ainda que cada empresa consorciada execute parte específica do objeto, inclusive permanecendo solidariamente responsáveis pela execução das **OBRAS**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações e do art. 618, do Código Civil Brasileiro, mesmo após o prazo de duração do **CONSÓRCIO**, incluindo obrigações de ordem fiscal, trabalhista, previdenciária e administrativa, ficando excluída solidariedade na transgressão legal de ordem individual, em que inexistia conhecimento prévio ou ação direta de outrem na transgressão.
- 2.3. Sem prejuízo da responsabilidade solidária perante o **CLIENTE** e/ou terceiros decorrente de previsão legal, cada **CONSORCIADA** responderá perante a outra, com obrigação de ressarcimento, nas seguintes condições:
- a) Ressarcimento integral pelos danos causados por ação ou omissão da **CONSORCIADA** faltante em relação a sua parcela de escopo tal qual definida na cláusula 1.1.
 - b) Em sendo o dano de responsabilidade conjunta das **CONSORCIADAS**, não

sendo possível aferir a responsabilidade, ou em qualquer outra situação que não se enquadre na hipótese "a" acima, as CONSORCIADAS responderão entre si na proporção de sua participação definida na cláusula 4.1.

§ 1º - Independentemente do disposto acima, e para qualquer obrigação de outra natureza ou causa, a parte que deliberadamente der causa a dano direito à outra parte em decorrência de sua ação ou omissão obriga-se a ressarcir a outra parte integralmente.

§ 2º - Fica desde já estabelecido que a responsabilidade civil entre as CONSORCIADAS fica limitada aos danos diretos, sendo excluída, desta forma, qualquer responsabilidade por danos indiretos e/ou lucros cessantes e/ou danos morais.

2.4. Cada CONSORCIADA se compromete a manter a outra CONSORCIADA a salvo e indene de quaisquer demandas, queixas, reclamações, representações ou ações de natureza trabalhista, tributária, acidentária, previdenciária ou cível, intentadas por seus empregados, prepostos, fornecedores ou outros.

2.5. As empresas CONSORCIADAS se obrigam a tratarem de forma absolutamente confidencial qualquer informação recebida da outra por ocasião da LICITAÇÃO e operação objeto do contrato, salvo se forem de domínio público. Qualquer informação fornecida por qualquer das CONSORCIADAS concernente à preparação e execução do contrato ou a ela correlata, será utilizada unicamente para fins colimados no presente documento.

2.6. As **CONSORCIADAS** declaram, em conformidade com o **EDITAL**, que o **CONSÓRCIO** não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta daquela de seus membros constituintes, ficando, assim, o **CONSÓRCIO** proibido de se converter em pessoa jurídica autônoma.

2.7. As CONSORCIADAS se comprometem a:

a) Na hipótese de se sagrarem vencedoras da **LICITAÇÃO**, associarem-se em consórcio antes da celebração do contrato com o **CLIENTE**, apresentar o Termo de Constituição do Consórcio devidamente aprovado por quem tenha competência em cada uma das instituições ou empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo e registrado no órgão competente.

b) Na hipótese de se sagrarem vencedoras da **LICITAÇÃO**, contratar com o **CLIENTE** e cumprir obrigações nos termos do **EDITAL** e da legislação

pertinente.

- 2.8. As **CONSORCIADAS** participarão da execução do objeto do eventual contrato que for adjudicado às mesmas, sendo que o faturamento do **CONSÓRCIO**, conforme termos do edital, deverá ser realizado de forma unificada, pela **EMPRESA LÍDER** contra o **CLIENTE** e terá repercussão tributária diretiva conforme instruções normativas da Secretaria da Receita Federal, sendo que as partilhas de resultados, sejam lucros ou perdas, execução e o aporte de recursos financeiros e de quaisquer espécies, obedecerão a participação percentual e diretrizes em conformidade com o Acordo Interno do Consórcio.
- 2.9. A administração do **CONSÓRCIO**, será exercida pelo Diretor da **CONSORCIADA LÍDER**, Senhor Fernando Pfeifer Gutierrez, que poderá outorgar procurações com anuência dos demais **CONSORCIADOS** e em conjunto com a **CONSORCIADA** com a segunda maior participação no **CONSÓRCIO**, as quais não poderão ter vigência superior ao prazo de duração do **CONSÓRCIO**, estabelecido na Cláusula VI.
- 2.10. O **CONSÓRCIO** terá contabilidade própria, de forma a suportar suas operações e repercussões nas **CONSORCIADAS**, **devendo prosperar os trabalhos até o efetivo encerramento do consórcio.**

CLÁUSULA III – EMPRESA LÍDER E RESPONSÁVEL PELO CONSÓRCIO

- 3.1. O **CONSÓRCIO** terá sua liderança exercida pela **PRINCIPAL CONSTRUCOES LTDA. (LÍDER)** a quem caberá relacionar-se com o **CLIENTE** em nome do **CONSÓRCIO**, sendo-lhe conferido amplos poderes para representar o **CONSÓRCIO**, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante a LICITAÇÃO e no eventual contrato dele decorrente, inclusive para assumir responsabilidades.
- § 1º. A **LÍDER** não receberá qualquer remuneração pela liderança e administração do **CONSÓRCIO**.
- § 2º. A **LÍDER** observará as deliberações tomadas em comum acordo pelas **CONSORCIADAS** no que diz respeito à precificação da proposta

comercial.

§ 3º. A LÍDER, na Administração do Consórcio, outorgará procurações e abrirá e movimentará contas bancárias em conjunto com a **CONSORCIADA** com a segunda maior participação no **CONSÓRCIO**.

§ 4º A LÍDER prestará contas de todas as movimentações e resultados financeiros, mensalmente, às demais consorciadas.

§ 5º. A LÍDER se compromete a consultar as demais **CONSORCIADAS** em quaisquer questões técnicas correlatas aos PROJETOS, os quais lhe são presumidamente pertinentes com base na divisão de escopo definida na cláusula 1.1, bem como a comunicar-lhe quaisquer eventuais demandas judiciais em que o **CONSÓRCIO** figure como parte em decorrência da LICITAÇÃO e do CONTRATO dela derivado.

3.2. A empresa responsável pelo **CONSÓRCIO** e sua líder será a **PRINCIPAL CONSTRUCOES LTDA.** (doravante **CONSORCIADA LÍDER**), sendo-lhe conferido, pelas **CONSORCIADAS**, amplos poderes para representá-la, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante todo o processo licitatório e, no caso de eventual contrato dele decorrente, sendo conferido poderes para assumir todas as responsabilidades em nome das **CONSORCIADAS** e do **CONSÓRCIO**.

3.2. A participação da **CONSORCIADA LÍDER** do **CONSÓRCIO** far-se-á por intermédio de seus representantes legais do **CONSÓRCIO**, com os respectivos poderes a ela conferidos, inclusive para firmar propostas e assinar contrato decorrente desta concorrência, descritos nas cláusulas a seguir.

3.3. As **CONSORCIADAS** se comprometem a não alterar a **CONSORCIADA LÍDER** durante o prazo de vigência do **CONSÓRCIO**, a não ser por motivo de força maior, legalmente justificado.

3.4. O **CONSÓRCIO** estabelece os poderes ao Diretor da **CONSORCIADA LÍDER**, Sr. Fernando Pfeifer Gutierrez, pela direção, representação e a administração do consórcio perante a **NOVACAP, Secretaria de Estado de Obras e**

Infraestrutura do Distrito Federal e perante terceiros pelas obrigações assumidas pelo consórcio, inclusive com poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, receber citação, assinar quaisquer documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto deste certame.

CLÁUSULA IV - IMPEDIMENTO

- 4.1. Cada **CONSORCIADA** estará impedida de participar da **CONCORRÊNCIA**, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente ou sob qualquer formato comercial ou investidor, bem como fornecer dados da licitação à outrem estranho às partes.

CLÁUSULA V – COMPOSIÇÃO DO CONSÓRCIO E PARTICIPAÇÃO DE CADA CONSORCIADA

- 5.1. Sem prejuízo das demais disposições deste compromisso, fica estabelecida a seguinte participação percentual de cada **CONSORCIADA** no **CONSÓRCIO**:

a) LDN	33%
b) PRINCIPAL	34%
c) SQUADRO	31%
d) JPM ARQUITETURA LTDA	2%

- 5.2. As **CONSORCIADAS** assumem o compromisso de que o **CONSÓRCIO** não terá a sua composição ou constituição alteradas ou modificadas, sem a prévia anuência do **CLIENTE**, até o cumprimento do objeto da licitação, observado o prazo de duração do **CONSÓRCIO** definido na cláusula 6.1 adiante.

CLÁUSULA VI - DURAÇÃO

- 6.1. O presente compromisso terá prazo de duração igual ao necessário para execução do seu objeto, ou seja, a participação conjunta das **CONSORCIADAS** na **LICITAÇÃO**, sendo que o **CONSÓRCIO** que vier a ser constituído, caso a proposta conjunta das **CONSORCIADAS** venha a ser considerada vencedora da **CONCORRÊNCIA**, terá duração, no mínimo, coincidente com o prazo de vigência do contrato administrativo licitado, acrescido de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, após o prazo do recebimento definitivo destas obras, não havendo passivos conhecidos a serem saneados, custeados, quitados, o que couber, devendo permanecer ativo até seu efetivo encerramento junto aos entes legais.
- 6.2. Independentemente do disposto no item 6.1, este Compromisso ficará automaticamente resolvido e o **CONSÓRCIO** dissolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da decisão definitiva e imutável que implique na assinatura do contrato resultante da **CONCORRÊNCIA** com outro licitante.

CLÁUSULA VII – OUTRAS DISPOSIÇÕES

- 7.1. O presente compromisso é firmado em caráter irrevogável e irretratável.
- 7.2. As **CONSORCIADAS** declaram de forma irrestrita e irretratável, aceitarem as condições da licitação em referência.
- 7.3. As **CONSORCIADAS** assumem inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e também pela autenticidade de todos os documentos que por elas forem apresentados no presente processo.
- 7.4. Com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, fica eleito o foro da cidade de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou

divergências originadas do presente Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio.

E, por estarem assim justas e contratadas, as **CONSORCIADAS** firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para os mesmos efeitos, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2025.

CONSTRUTORA LDN LTDA.

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO HENRIQUE DE LA ROCQUE FERREIRA
Data: 17/02/2025 13:55:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO HENRIQUE DE LA ROCQUE FERREIRA

PRINCIPAL CONSTRUÇOES LTDA.

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO PFEIFER GUTIERREZ
Data: 17/02/2025 14:06:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FERNANDO PFEIFER GUTIERREZ

CONSTRUTORA E INCORPORADORA SQUADRO LTDA.

DANTE LUIZ
KLIMOVICZ:40
206041934
Assinado de forma digital
por DANTE LUIZ
KLIMOVICZ:40206041934
Dados: 2025.02.17
13:38:48 -03'00'

DANTE LUIZ KLIMOVICZ

Documento assinado digitalmente
gov.br NELSON AUGUSTO RIBAS MANCINI
Data: 14/02/2025 15:33:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NELSON AUGUSTO RIBAS MANCINI

JPM ARQUITETURA LTDA.

PAULO JOSE ALPENDRE
MALUCELLI:51951754972
Assinado de forma digital por PAULO
JOSE ALPENDRE
MALUCELLI:51951754972
Dados: 2025.02.14 14:09:31 -03'00'

PAULO JOSÉ ALPENDRE MALUCELLI

PROCURAÇÃO bastante que faz **PRINCIPAL CONSTRUÇÕES LTDA** na forma abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento de **PROCURAÇÃO** virem que aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro (02/04/2024), nesta cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, perante mim MARCELO JOSE VARTULI DA SILVA, Escrevente, compareceu como outorgante, **PRINCIPAL CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede nesta Capital, no SHN Quadra 02, Bloco "A", Lojas 146, 150, 154 e 234, Térreo, Ed. Manhattan Plaza, Asa Norte, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.968.438/0001-51, neste ato representada por seu Administrador, **PAULO OCTAVIO ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 145.071-SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob nº 023.621.631-72, residente e domiciliado nesta Capital, reconhecido e identificado como o próprio, do que dou fé. E, por ele me foi dito que, por este instrumento público nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **01) ADENILSON DE FARIA LEITE**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 4.407.692 DGPC/GO e inscrito no CPF/MF sob nº 946.182.161-15, residente e domiciliado na cidade de Luziânia/GO; **02) JOSÉ FRANCISCO NETO**, brasileiro, industrial, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 271.032-SSP/DF e do CPF/MF sob nº 077371571-15, residente e domiciliado nesta Capital; **03) FELIPE OCTAVIO KUBITSCHKE BARBARA ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.762.519-SSP/DF e do CPF nº 015.426.401-64, residente e domiciliado nesta Capital; **04) FERNANDO PFEIFER GUTIERREZ**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 9038594553 SSP/RS e do CPF/MF sob nº 440.179.010-34, residente e domiciliada nesta Capital; **05) ANDRESSA VIDAL DE NEGREIROS NÓBREGA ANDRADE**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da Carteira de Identidade nº 2.346.006-SSP/PB e do CPF/MF sob nº 041.836.774-40, residente e domiciliada nesta Capital; **06) GABRIELA CANIELAS GONÇALVES**, brasileira, solteira, arquiteta, portadora da Carteira de Identidade nº 2053307902 SJS/RS e inscrita no CPF/MF sob nº 897.998.600-91, residente e domiciliada nesta capital; **07) MARCILIO JOSE SOUSA BIONE**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 776.126-SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob nº 095.046.134-20, residente e domiciliado nesta Capital; e **08) RICARDO CERQUEIRA PINTO**, brasileiro, separado judicialmente, arquiteto, portador da Carteira de Identidade nº 239.979-SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob nº 113.889.191-68, residente e domiciliado nesta Capital; aos quais confere poderes para: **SEMPRE EM CONJUNTO DE DOIS, OS OUTORGADOS 01, 02 e 03:** a) Firmar contratos particulares de Promessa de Compra e Venda em nome da outorgante, aditivos, confissão de débitos e cessão de direitos, podendo para tanto, assinar o que necessário for, firmar compromissos e acordos, cumprir exigências e formalidades, transigir, fazer acordos, receber, passar recibos, dar quitação; b) Endossar para cobrança Notas Promissórias, Letras de Câmbio, duplicatas ou qualquer título de Crédito junto as Instituições Financeiras, públicas ou privadas, autorizações de débito em conta corrente que a Outorgante mantém ou venha a manter em Bancos públicos ou privados, bem como instruções sobre títulos em cobrança, desconto, caução em que a outorgante seja cedente ou sacada, e assinar autorizações para movimentação de conta vinculada do FGTS, e também emitir cheques, movimentar contas correntes, inclusive por meio eletrônico, requerer, apresentar e retirar documentos, efetuar depósitos e retiradas, sacar e retirar e receber quantias, créditos e direitos, receber, emitir, assinar, endossos e descontar cheques, verificar saldos e valores, requisitar talões de



CARTÓRIO JK

1.º OFÍCIO DE NOTAS
Marcelo José Vartuli da Silva
Escritor
BRASILIA - DF

LIVRO: 7581-P

FOLHA: 060

PROT: 01746013

cheques, pedir extratos, acessar extratos e saldos bancários, cancelamento de títulos agendados. Podendo ainda, **ISOLADAMENTE QUALQUER UM DOS OUTORGADOS**, representar a outorgante perante pessoas jurídicas de direito público e privado, órgãos da administração pública, Federal, Estadual e Municipal, Sociedades de Economia Mista, Fundações e Autarquias e terceiros em geral, Cartórios em geral, Pessoas Jurídicas, na pré-qualificação e na apresentação de propostas em licitações em qualquer modalidade, podendo apresentar toda a documentação exigida para cadastro e pré-qualificação, assinando o que for necessário, comparecer as reuniões de licitações, assinando as atas respectivas, oferecer impugnações e recursos inclusive de receber intimações e renunciar a prazo de recurso, firmar termo de compromisso de constituição de consórcio, credenciar representantes, assinar projetos, representar a outorgante perante pessoas jurídicas de direito público e privado, órgãos da administração pública, Federal, Estadual e Municipal, inclusive na **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA - TERRACAP**, poderes enfim para praticar todo e qualquer ato necessário ao indispensável ao fiel e cabal cumprimento deste mandato. Obrigam o mandatário a prestar contas dos seus atos. **FICANDO VEDADO O SUBSTABELECIMENTO. O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE ATÉ O DIA 31/03/2026. A presente procuração não dá poderes para a contratação de operação de crédito, de quaisquer natureza ou modalidades, junto a instituições financeiras de qualquer segmento de atuação. Para a contratação de operação de crédito será necessária autorização expressa de todos os sócios da ora Outorgante.** O(s) nome(s) e dados dos procuradores e os elementos relativos ao(s) objeto(s) do presente instrumento foi(ram) fornecido(s) e conferido(s) pela outorgante, que por eles se responsabiliza(m). Dispensadas as testemunhas nos termos da Lei nº 10.406 de 10/01/2002. Guia de custas nº 80638152, paga no valor de R\$ 37,80, sendo R\$36,00 referente a Tabela "I" - Serviço de notas. Lei 14.756 de 15 de dezembro de 2023 e R\$ 1,80 referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza - ISS, LC 116/2003 e LC 1009 de 17/05/2022 publicado no DOE em 20/05/2022. E, de como assim o disse(ram), do que dou fé, me pediu(ram) e lhe(s) lavrei a presente, que feita, lida em voz alta ao(s) outorgante(s), achada conforme, outorgou(ram), aceitou(ram) e assina(m). Dou fé. Eu, **MARCELO JOSE VARTULI DA SILVA**, ESCRIVENTE, a lavrei, li, conferi os documentos e encerro colhendo a(s) assinatura(s). **MARCO ANTÔNIO BARRETO DE AZEREDO BASTOS JUNIOR**, Tabelião Substituto, a subscrevo, (a.a.), **PAULO OCTÁVIO ALVES PEREIRA**. Nada mais. Traslada em seguida. Eu, _____, a subscrevo, dou fé e assino em público e raso.



Selo: TJDFT20240010339637CQOQ

Consulte o selo em www.tjdft.jus.br

EM TESTEMUNHO (_____) DA VERDADE

1.º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRASILIA

(61) 3799-1515 • cartoriojk@cartoriojk.com.br

CRS Quadra 505 - Bloco C - LOTES 1, 2 e 3 - Brasília - DF - CEP 70350-530

www.cartoriojk.com.br | Tabelião: MC ARTHUR DI ANDRADE CAMARGO

1.º OFÍCIO DE NOTAS
Marcelo José Vartuli da Silva
Escritor
BRASILIA - DF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2.º 1.º NOME E SOBRENOME
FERNANDO PFEIFER GUTIERREZ

1.º HABILITAÇÃO
27/04/1993

3.º DADOS LOCAL E UF DE RESIDÊNCIA

24/11/1987 CANOAS/RS

4.º DATA EMISSÃO

24/12/2002

5.º VALIDADE

24/12/2007

6.º ACO

D

4.º CÓD. IDENTIFICAÇÃO / CÓD. EMISSOR / UF

90895945053 SSP RS

6.º CPF

440.179.010-34

7.º Nº REGISTRO

00230923145

8.º DATA

B

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

CARGO

IVAN COSTA GUTIERREZ

IRIA PFEIFER GUTIERREZ

1.º ASSINATURA DO PORTADOR

ACC	04	05	06	07	08	09	10	11
A								
A1								
B								
B1								
C								
C1								
D								
D1								
DE								
CE								
C1E								
DE								
D1E								

13.º OUTROS RUAÇÕES

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL OF

ASSINATURA DO PORTADOR E DO EMISSOR

ASSINATURA DO EMISSOR

55829094910
0F772448954

DISTRITO FEDERAL

SENATARIAN CONTRAN